

## CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA NO CONTEXTO ESCOLAR E EDUCACIONAL PÓS-PANDEMIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Vitória Medeiros dos Santos<sup>1</sup>  
Maria Fernanda Bessa Viana Rosado Maia<sup>2</sup>  
Margarida Beatriz Gomes Vieira Lima<sup>3</sup>  
Emmanoel Holanda Melo Ferreira<sup>4</sup>  
Jadson Levi Santos de Oliveira<sup>5</sup>  
Betânia Maria Oliveira Amorim<sup>6</sup>

### RESUMO

A escola, considerada a instituição fundamental para o processo de humanização dos indivíduos, configura-se enquanto um dispositivo social complexo que reflete as mais variadas demandas da contemporaneidade. Nesse sentido, compreendemos que a pandemia da COVID-19 trouxe sérias implicações para o ambiente escolar, intensificando a complexidade dos seus processos requisitando mais intensamente a atuação do profissional da psicologia no referido espaço de ensino/aprendizagem. Com o objetivo de compreender as principais queixas, impasses e desafios suscitados na escola, pós-pandemia, e as possibilidades de atuação e contribuição do psicólogo escolar e educacional neste contexto, este trabalho se estrutura enquanto um relato de experiência, a partir de uma visita técnica realizada à uma escola estadual de ensino fundamental e médio localizada em Campina Grande-PB. Esta ação é parte integrante das atividades inerentes à disciplina Práticas Integrativas em Psicologia II, vinculada ao curso de Psicologia da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Nessa perspectiva foi possível observar uma série de fenômenos fundamentais para se pensar a interface entre a Psicologia e a Educação. Identificou-se, enquanto principais demandas localizadas no retorno ao ensino presencial, questões relacionadas à saúde mental dos estudantes e ao crescimento exponencial dos psicodiagnósticos, questões de gênero e sexualidade em evidência no ambiente escolar, os impactos do período de isolamento social a longo prazo, bem como do uso massivo das redes sociais, além da transição do período regular para o período integral e as implicações dessa mudança na prática e na saúde dos docentes. Consideramos que as demandas levantadas a partir dessa experiência convocam o saber psi a ser mais atuante no ambiente escolar, não apenas pelo caráter preventivo e educativo em saúde mental que caracteriza o seu trabalho, mas, sobretudo, pela possibilidade de construir intervenções baseadas em uma visão sistêmica, capaz de compreender a escola como um espaço de coletividade.

**Palavras-chave:** Psicologia Escolar, Psicologia Educacional, Saúde Mental, Educação Integral, Relato de Experiência.

---

<sup>1</sup>Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, [vitoria.medeiros@estudante.ufcg.edu.br](mailto:vitoria.medeiros@estudante.ufcg.edu.br);

<sup>2</sup> Graduada do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, [maria.bessa@estudante.ufcg.edu.br](mailto:maria.bessa@estudante.ufcg.edu.br);

<sup>3</sup> Graduada do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, [margarida.beatriz@estudante.ufcg.edu.br](mailto:margarida.beatriz@estudante.ufcg.edu.br);

<sup>4</sup> Graduando do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, [emmanoelhmf@outlook.com](mailto:emmanoelhmf@outlook.com);

<sup>5</sup> Graduando do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, [jadsonlleivi@gmail.com](mailto:jadsonlleivi@gmail.com);

<sup>6</sup> Professora orientadora: doutora, Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, [betania.maria@professor.ufcg.edu.br](mailto:betania.maria@professor.ufcg.edu.br)

## INTRODUÇÃO

O espaço escolar, enquanto cenário fundamental para a formação integral dos indivíduos, reflete de maneira intrínseca os desafios e as demandas da contemporaneidade. Neste contexto, as transformações sociais, tecnológicas e culturais desencadeadas nas últimas décadas têm moldado profundamente a concepção e estrutura dos ambientes educacionais. Essas transformações – características de uma sociedade altamente globalizada, pautada pela rápida disseminação de informações – impõe à escola a necessidade de se adaptar a um panorama diversificado e dinâmico, mobilizando todos os agentes que operam neste espaço, bem como os seus recursos.

Nesse sentido, a pandemia da COVID-19, assim declarada pela Organização Mundial da Saúde em 2020 (OMS, 2020), impôs mudanças profundas e inéditas no espaço escolar, redefinindo dinâmicas de ensino e aprendizagem em todo o mundo. O fechamento temporário de escolas como medida de contenção do vírus resultou na rápida transição para o ensino remoto, evidenciando a necessidade de adaptabilidade por parte das instituições educacionais. No Brasil, a partir do momento em que as salas de aula físicas deram lugar às plataformas virtuais, desvelou-se ainda mais a realidade de precarização enfrentada pela classe de trabalhadores no país. Problemas como a falta de acesso a computadores e banda larga de qualidade e a falta de recursos materiais e financeiros para manter-se em casa afetaram significativamente professores, pais e estudantes (Ortega; Rocha, 2020).

Além disso, o distanciamento social dificultou as interações entre estudantes e professores, acentuando ainda mais as desigualdades educacionais agravadas pela falta de equidade no acesso a recursos tecnológicos. Nesse cenário, a pandemia instigou uma reflexão profunda sobre o propósito do espaço escolar, levando a questionamentos sobre a eficácia dos métodos tradicionais de ensino, sobre o papel do professor e sobre o lugar da tecnologia na educação contemporânea (Macedo, 2021; Ortega; Rocha, 2020).

Dessa forma, a crise sanitária acelerou a adoção de modelos híbridos e flexíveis, promovendo uma reconfiguração do ambiente escolar (Ortega; Rocha, 2020). Diante de tantas mudanças, considerando não só a pandemia, mas os contextos de vulnerabilidade social e educacional agravados por ela, inevitavelmente surgiram questionamentos: qual escola seria possível encontrar no retorno à “normalidade”? Há uma nova escola para o “novo normal”?

A retomada das aulas presenciais pós-pandemia foi um processo permeado por desafios e impasses complexos, tendo em vista que a nova realidade, inicialmente vista como

temporária, promoveu uma reconfiguração duradoura de comportamentos e práticas que passaram a ser parte integrante da vida cotidiana. Assim, a ideia de “voltar ao normal” não significava mais voltar ao conhecido. Além da preocupação com a segurança dos estudantes, professores e demais profissionais, dado o contexto de saúde pública, o retorno ao presencial também trouxe à tona diversas questões de ordem subjetiva, considerando o alto impacto psicológico da pandemia – a qual foi marcada pelo medo, isolamento e processos de luto (Vazquez *et al*, 2022). Somando-se a esses fatores a inquietação dos profissionais da educação com as disparidades que surgiram durante o período de ensino remoto, tem-se um cenário pós-pandêmico marcado pelas angústias surgidas na pandemia, mas que não necessariamente foram cessadas com o seu fim.

Não obstante, o retorno às aulas presenciais nas escolas estaduais da Paraíba foi marcado por uma mudança significativa na própria rede de ensino: as escolas consideradas regulares iniciaram o processo de mudança para se adequar ao Programa Escola Cidadã Integral instituído pela lei estadual 11.100/2018 (Paraíba, 2018). Ancorada na Pedagogia da Presença, a Escola Cidadã Integral (ECI) sustenta-se na prática da tutoria e do Projeto de Vida, baseando-se na Escola da Escolha, projeto do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) (Luna; Dantas, 2022).

Com o objetivo de diminuir os índices de evasão escolar e aumentar os indicadores de desempenho da educação básica, a ECI transformou substancialmente a rotina de toda a comunidade escolar, exigindo dedicação integral de professores e alunos. Essas mudanças mobilizaram reflexões e discussões sobre questões fundamentais como, por exemplo, as condições de trabalho dos docentes, a estrutura escolar para dar conta do novo regime e as bases teóricas que subsidiam o programa educacional das ECIs (Luna; Dantas, 2022; Rodrigues; Honorato, 2020).

Diante da complexidade dos processos de mudança ocorridos no contexto escolar e educacional até aqui apresentados, torna-se evidente a necessidade de uma abordagem multifacetada dos fenômenos que surgem de tais processos. Nessa direção, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB (Brasil, 1996), indica que um dos fatores essenciais para assegurar o direito à educação é a presença de uma equipe multidisciplinar no ambiente formal de ensino. Nesse ponto, considerando a forte demanda da Psicologia Escolar e Educacional no Brasil, resgatamos a importância da relação entre a Psicologia e a Educação.

A relação entre a Psicologia e a Educação é histórica, embora suas interações não tenham se dado de maneira linear (Guzzo *et al*, 2010). Autores como Vygotsky (2009), Piaget (1980) e Wallon (2007) demonstraram o papel fundamental que o conhecimento psicológico

desempenha nos processos de aprendizagem e desenvolvimento que ocorrem diariamente nos ambientes educacionais. Assim, a Psicologia que se dedica a observar o desenvolvimento de crianças e jovens no contexto escolar mantém um diálogo profundo com o trabalho dos educadores. Nesse sentido, essa colaboração mútua tem demonstrado o seu potencial em desempenhar um papel crucial na prevenção e enfrentamento de problemas, especialmente na esfera emocional e social do desenvolvimento humano.

Nessa tarefa de articular a Psicologia com a Educação, não podemos deixar de considerar o compromisso ético e político da Psicologia com a transformação social, o que torna Paulo Freire (2014) um autor essencial para o escopo do presente trabalho. Na perspectiva freireana, a escola não deveria ser apenas um local de transmissão passiva de conhecimento, mas um espaço de diálogo, reflexão e engajamento.

A partir de uma pedagogia crítica, Freire (1981) destaca a função da educação de promover a conscientização crítica dos alunos em relação à sua realidade social, incentivando a transformação das estruturas sociais injustas. Em linhas gerais, a visão de Paulo Freire sobre a escola se baseia na construção de um ambiente educacional mais democrático, participativo e orientado para a emancipação dos indivíduos – características atreladas ao projeto da Psicologia enquanto ciência e profissão no Brasil (CFP, 2005).

Com base nisso, a partir das problemáticas aqui colocadas que interpelam o contexto escolar e educacional, e do potencial da interface entre a Psicologia e a Educação neste contexto, o objetivo deste artigo é apresentar as possíveis contribuições da Psicologia, considerando as principais queixas, impasses e desafios suscitados no ambiente escolar no pós-pandemia a partir da experiência de uma visita técnica em uma ECI da Paraíba.

## **METODOLOGIA**

O presente estudo, de caráter qualitativo, trata-se de um relato de experiência. Esta abordagem, conforme destacado por Faria e Daltro (2019), representa um movimento de reflexão das pesquisadoras sobre os eventos que foram presenciados, vivenciados e percebidos. Caracterizada por descrição e interpretação, essa narrativa incide sobre eventos específicos em uma determinada realidade sócio-histórica, superando a visão binária dos fenômenos para abranger a multiplicidade presente no tecido social.

Dessa maneira, a presente pesquisa utiliza essa metodologia para explorar as contribuições do conhecimento psicológico no contexto de uma Escola Cidadã Integral na Paraíba. Essa exploração baseia-se em uma visita técnica realizada para a disciplina de Práticas Integrativas II do curso de Psicologia da Universidade Federal de Campina Grande

(UFCEG). A visita, dividida em dois momentos, sendo eles a observação participante seguida de uma roda de conversa, proporcionou um contato amplo com os integrantes da referida comunidade escolar – alunos, professores, gestores e demais profissionais da educação.

Esse processo permitiu a realização de um estudo dialético entre a prática vivida e a bagagem teórica e técnica, revelando-se uma abordagem robusta para a crítica e construção de conhecimento, elementos que fundamentam a elaboração deste artigo.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A partir dos registros obtidos em campo, foram criadas categorias para representar os temas que surgiram de forma mais significativa durante a visita. As categorias foram analisadas com base na literatura, confrontando-a com a experiência vivida.

### **1. A saúde mental dos estudantes e o crescimento exponencial dos psicodiagnósticos no contexto escolar**

A visita na Escola Cidadã Integral, em primeiro momento, possibilitou uma imersão no cotidiano da escola através da observação participante. Nesse sentido, as discussões acerca da necessidade de ampliar o cuidado com a saúde mental no ambiente escolar são evidenciadas na literatura científica (Estanislau; Bressan, 2014) antes do período pandêmico da COVID-19. De modo a tal espaço para interação com os estudantes, fornecer uma compreensão acerca do panorama após a pandemia, no que concerne, principalmente, a saúde mental dos escolares e os desdobramentos do isolamento social no hodierno.

Em virtude disso, com o período de suspensão de aulas ocasionada pelo isolamento social e as dificuldades na adaptação ao modelo de ensino remoto por parte da comunidade educacional, foi possível identificar nos relatos a negligência do poder público em investir estratégias intersetoriais na promoção de saúde mental durante a pandemia e tal descaso contribuiu com o fenômeno já em ascendência da patologização do comportamento na escola e os psicodiagnósticos (Scarin; Souza, 2020). Em consequência, resultou em significativas implicações no desenvolvimento biopsicossocial dos indivíduos na conjuntura escolar.

Nesse sentido, é notório o aparecimento no discurso dos estudantes sobre as dificuldades encontradas com as novas formas de sociabilidade entre o público adolescente. Tendo em vista uma minimização das interações face a face no período de distanciamento social, a corroborar com mudanças na socialização entre os pares (Barreira, 2022). Como é possível exemplificar através das queixas por parte dos escolares em “não saber mais como interagir com as pessoas” e problemáticas com a autopercepção de si serem disfarçadas pelo

uso das máscaras “a máscara é uma forma de esconder as imperfeições no rosto, então muitas pessoas utilizam mesmo sem a obrigatoriedade”. Em decorrência disso, um dos principais meios para lidar com o sofrimento presente no diálogo dos estudantes refere-se à medicalização como busca pela “pílula mágica para resolver os problemas”.

Assim como, durante a conversa com os alunos foi possível observar uma frequente apropriação no discurso dos estudantes de termos psicológicos como “depressão”, “ansiedade”, “fobia social” e “pânico”. Tal como o autodiagnóstico psiquiátrico por parte dos escolares, derivado pela identificação com sinais e sintomas por meio de conteúdos veiculados nas redes sociais. Nesse sentido, o público infanto-juvenil apresenta-se com repercussões significativas do ponto de vista do desenvolvimento cognitivo, comportamental e socioemocional (Zardo et al., 2022) no contexto pós pandemia. Por consequência, torna-se necessário um remodelamento dos métodos de ensino-aprendizagem para privilegiar ferramentas e habilidades de promoção à saúde mental no âmbito educacional.

Em consonância com o exposto, no segundo momento, houve a roda de conversa com os profissionais da escola e a explanação das principais medidas tomadas pela gestão educacional diante os atravessamentos psicossociais resultantes da pandemia. Dessa forma, a equipe educacional compartilhou as estratégias elaboradas pelo eixo família-escola-profissionais (Oliveira; Marinho-Araújo, 2010) para promover um cuidado intersetorial. Nesse sentido, a Escola Cidadã Integral em questão apresenta-se como parceira das famílias, estabelecendo contato direto por meio digital com o monitoramento da frequência escolar e acolhendo demandas específicas.

Além disso, a Escola adotou como ferramenta para promover maior sociabilidade, identificação e construção de pertencimento grupal a formação de Clubes sobre diversas temáticas com a finalidade desenvolver a autonomia dos jovens e também proporcionar uma rede de compartilhamento de experiências. De modo a cotidianamente, mesmo diante os desafios da implementação da Escola Cidadã Integral, os professores desenvolvem ações com os estudantes de acompanhamento da construção dos Projetos de Vida como uma forma de desenvolver o sujeito de modo integral e propiciar um papel social de agente de transformação (Pereira; Zanon; Dellazzana-Zanon, 2021).

Destarte, portanto, por meio do compartilhamento de vivências do corpo estudantil e profissional da Escola Cidadã Integral, torna-se perceptível os limites e impasses pós pandemia, de forma a ser ressaltado a importância dos setores públicos consolidarem projetos de promoção da saúde mental no contexto escolar. Por meio, principalmente, da efetivação da Lei 13.935 de 2019 (Da Silva Paula; Vargas, 2023) que garante a necessidade de um

Psicólogo nas escolas públicas com a finalidade de buscar contribuir, através do fazer-psi, com a potencialidade dos sujeitos e despatologização da vida escolar.

## 2. Questões de gênero e sexualidade em evidência no ambiente escolar

Durante a roda de conversa, a gestão chamou atenção para frequentes episódios ocorridos no contexto escolar que não estavam habituados a vivenciar antes do retorno ao presencial. Os alunos começaram a trazer de maneira mais evidente questões de gênero e sexualidade para dentro da escola, segundo um dos participantes da roda, quando as aulas voltaram “*parecia que todo mundo era trans*”. Foram narradas diversas histórias que se desenrolaram naquele ambiente envolvendo o uso do nome social, o uso de banheiros e até de confrontos e mediações entre alunos e familiares, tendo em vista que muitos alunos não podiam compartilhar com suas famílias que faziam parte da comunidade LGBTQIAP+.

A partir do momento que os alunos começaram a deixar claro que a escola é um lugar, também, de vivências subjetivas e construção de identidade – individual e coletiva – a escola, reconhecendo o seu déficit de conhecimento para a inclusão da diversidade sexual e de gênero, passou a adotar atividades voltadas para o letramento nessa área. Notando a dificuldade de alguns professores com essa realidade aparentemente “nova” – nova por romper com uma certa postura conservadora das instituições de ensino –, e observando também a confusão de alguns alunos acerca de definições, conceitos e direitos da comunidade LGBTQIAP+, tomou a atitude de convidar o Centro Estadual de Referência LGBTQIAP+ Luciano Bezerra Vieira para promover palestras, oficinas e intervenções sobre a temática para toda a comunidade escolar.

É de extrema importância destacar o quão positiva é a abertura da referida escola para acolher a diversidade sexual e de gênero, tendo em vista que o contexto escolar e educacional é constituído, sobretudo, por sujeitos que, enquanto tal, não podem separar-se de quem são. Dessa forma, não há como dizer que a escola não é lugar para essa temática, pois, assim, a escola não seria o lugar daquilo que fundamentalmente a constitui: as pessoas (Moizés; Bueno, 2010).

Ao abordar questões de gênero e sexualidade, as escolas têm a oportunidade de criar um ambiente educacional mais igualitário, onde todos os alunos se sintam respeitados, compreendidos e representados. O fato dessa demanda ter partido dos alunos e ter sido acolhida pela escola, não necessariamente de maneira pacífica, aproxima-se do modelo de escola idealizado por Freire (2014), cujas características são a horizontalidade, a crítica, a autonomia e a democracia.

Como se sabe, a abordagem de questões relacionadas a gênero e sexualidade no ambiente escolar enfrenta desafios significativos, os quais refletem resistências culturais e sociais profundamente enraizadas (Furlani, 2003). Ainda persiste uma relutância por parte de alguns setores em reconhecer a importância dessas discussões, podendo gerar resistência por parte de alguns pais, responsáveis e até mesmo educadores. O medo de polêmicas ou de confrontar normas tradicionais também pode limitar a disposição das instituições educacionais em integrar questões de gênero e sexualidade no currículo (Moizés; Bueno, 2010).

No entanto, superar esses desafios é crucial para criar um ambiente escolar inclusivo, respeitoso e alinhado com os princípios de equidade, preparando não só os alunos, mas todos que circulam no contexto escolar, para compreender e respeitar a diversidade em todas as suas formas. Nesse sentido, a contribuição da Psicologia, com seu aporte teórico para as questões de gênero e sexualidade, pode ser fundamental no espaço escolar. Alinhada ao seu Código de Ética (CFP, 2005), uma das missões da Psicologia é a de evitar a perpetuação de estigmas, preconceitos e discriminações por meio de abordagens e intervenções diversas.

### **3. Da Escola Regular para a Escola Cidadã Integral: implicações na prática e na saúde dos docentes**

Como mencionado anteriormente, o retorno ao presencial em algumas escolas da Paraíba foi marcado, também, pela mudança na rede de ensino. As escolas regulares gradualmente foram se adaptando ao Programa Escola Cidadã Integral do governo estadual (Paraíba, 2018). Foi possível observar os efeitos dessa transição durante a visita técnica tanto pela fala de alguns estudantes quanto pelo relato dos gestores, quando destacaram os desafios significativos que a escola em questão havia enfrentado no último ano.

A transição do tipo de escola implica não apenas em uma ampliação do tempo de permanência dos estudantes na instituição, como exige o modelo ECI, mas também em uma reconfiguração mais profunda do modelo educacional (Luna; Dantas, 2022). A mudança pode ser difícil devido à necessidade de adaptação tanto por parte dos alunos quanto dos educadores. Na visita, observou-se os impactos da extensão da jornada escolar, a qual demandou uma reorganização nas práticas pedagógicas, na gestão do tempo e na estrutura curricular, gerando uma certa resistência e desconforto na comunidade escolar. Alunos e educadores, ao compartilharem sua vivência com o modelo ECI, relataram sentir uma maior pressão para a realização das suas tarefas, bem como maior sobrecarga pelas horas de dedicação exigidas.

Um outro ponto a ser destacado sobre a transição nesta escola é que essa abordagem mais integral parece ter alertado a gestão para a importância de um olhar mais atento para as necessidades socioemocionais dos estudantes. A partir da compreensão de que o ambiente escolar passa a ser mais envolvente e abrangente, passa-se a legitimar não apenas a dimensão acadêmica, mas também aspectos emocionais e sociais. Entretanto, não foi possível observar essa mesma preocupação para com os docentes. No modelo ECI, os docentes entram no Regime de Dedicção Docente Integral (RDDI; Paraíba, 2018) e, para além das horas a mais de trabalho, passam a assumir responsabilidades que abrangem dimensões subjetivas, como a tutoria nos Projetos de Vida.

Durante a visita, foi relatado que um único docente pode ficar responsável pelo Projeto de Vida de mais de dez alunos ou até mesmo de uma turma inteira. Compreendemos esse relato como preocupante, tendo em vista a alta prevalência da síndrome de burnout entre professores (Patini, 2023). Historicamente, existe uma disparidade entre as exigências feitas ao professor, tais como desempenho, qualidade no trabalho e sólida formação, e as recompensas recebidas, evidenciando uma subvalorização da profissão (Pereira *et al.*, 2014). Diante desse cenário, é fundamental compreender de que forma o modelo ECI pode impactar a prática e a saúde mental dos docentes, tendo em vista a significativa reconfiguração no trabalho que este propõe. A Psicologia, com a sua expertise para analisar fenômenos sociais de maneira crítica e com o seu amplo arcabouço teórico-metodológico para realizar intervenções, pode contribuir neste sentido.

Por fim, pode-se dizer que a dificuldade na transição das escolas regulares para as cidadãs integrais pode estar relacionada à necessidade de ajustes estruturais e culturais. A resistência à mudança, o temor do desconhecido e a falta de recursos adequados são obstáculos frequentes nesse processo. É essencial abordar esses desafios de forma gradual e colaborativa, tarefa na qual os profissionais da Psicologia podem estar implicados, envolvendo todos os atores educacionais, preservando o protagonismo e a autonomia da comunidade escolar, considerando as suas especificidades.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Consideramos que as demandas levantadas a partir dessa experiência convocam o saber *psi* a ser mais atuante no ambiente escolar, não apenas pelo caráter preventivo e educativo em saúde mental que caracteriza o seu trabalho, mas, sobretudo, pela possibilidade de construir intervenções baseadas em uma visão sistêmica, capaz de compreender a escola como um espaço de coletividade.

Apontamos, ainda, a necessidade de pesquisas sistemáticas acerca das temáticas apontadas enquanto fatores de sofrimento para docentes e discentes em ambiente escolar para a melhor compreensão do fenômeno, de tal modo a direcionar a formulação de intervenções neste contexto.

## REFERÊNCIAS

- BARREIRA, I. A. F. TEMPOS DE SUSPENSÃO... graves e agudos da pandemia no espaço público. **Caderno CRH**, v. 35, 2022.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
- DA SILVA PAULA, B.; VARGAS, T. B.T.. A INSERÇÃO DO PSICÓLOGO NAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS: UMA COMPREENSÃO DA EFETIVAÇÃO DA LEI 13.935/2019. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 9, p. 3795-3812, 2023.
- ESTANISLAU, G. M.; BRESSAN, R. A.. **Saúde mental na escola: o que os educadores devem saber**. Artmed Editora, 2014.
- FARIA, A. A.; Daltro, M. R. Relato de experiência: uma narrativa científica na pós-modernidade. **Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia**, p. 223-237, 2019. <https://doi:10.12957/epp.2019.43015>.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1981.
- FURLANI, J. **Mitos e tabus da sexualidade humana**. 2. ed. Florianópolis: Autêntica, 2003.
- GUZZO, R. S. L. *et al.* Psicologia e Educação no Brasil: Uma Visão da História e Possibilidades nessa Relação. **Psicologia: Teoria e Prática**. Vol. 26 n. especial, pp. 131-141, 2010.
- LUNA, L. C.; DANTAS F. F. Escola Cidadã Integral: Percepções de Professores do Ensino Médio sobre a Prática da Tutoria. **Revista Insignare Scientia-RIS**, v. 5, n. 3, p. 49-68, 2022.
- MACEDO, R. M. Direito ou privilégio? Desigualdades digitais, pandemia e os desafios de uma escola pública. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 34, p. 262-280, 2021.
- MOIZÉS, J. S.; BUENO, S. M. V. Compreensão sobre sexualidade e sexo nas escolas segundo professores do ensino fundamental. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 44, p. 205-212, 2010.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Declaração de pandemia global de COVID-19**. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/news/11-3-2020-who-characterizes-covid-19-pandemic>. Acesso em: 22 de outubro de 2023.

ORTEGA, L. M. R.; ROCHA, V. F. O DIA DEPOIS DE AMANHÃ–NA REALIDADE E NAS MENTES–O QUE ESPERAR DA ESCOLA PÓS-PANDEMIA?. **Pedagogia em Ação**, v. 13, n. 1, p. 302-314, 2020.

PARAÍBA. **Lei n. 11.100, de 6 de abril de 2018**. Cria o Programa de Educação Integral, composto por Escolas Cidadãs Integrais – ECI, Escolas Cidadãs Integrais Técnicas – ECIT e Escolas Cidadãs Integrais Socioeducativas - ECIS e institui o Regime de Dedicção Docente Integral – RDDI e dá outras providências. Diário do Poder Legislativo, João Pessoa, 12 abr. 2018. Disponível em: <http://www.al.pb.leg.br/wp-content/uploads/2018/04/DPL-12.04.2018.pdf>.

PATINI, D. Síndrome de burnout atinge 1/3 dos(as) professores(as) da educação básica, revela pesquisa da Unifesp. Unifesp, 29-09-2023, <https://www.unifesp.br/noticias-antiores/item/6407-sindrome-de-burnout-atinge-quase-1-3-dos-as-professores-as-da-educacao-basica-revela-pesquisa-da-unifesp>.

PEREIRA, B. C.; ZANON, C.; DELLAZZANA-ZANON, L. L.. Influência dos contextos escolar e familiar nos projetos de vida de adolescentes. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, 2021.

PEREIRA, E. F. *et al.* Estresse relacionado ao trabalho em professores de Educação Básica. **Ciencia & trabajo**, v. 16, n. 51, p. 206-210, 2014.

PIAGET, J. **Seis estudos de psicologia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980 (Trabalho original publicado em 1964).

RODRIGUES, A. C. S.; HONORATO, R. F. S. Redes de política de educação integral da Paraíba: fluxos e influências neoconservadoras e neoliberais. **Roteiro**, v. 45, 2020.

SCARIN, A. C. C. F.; SOUZA, M. P. R. D. Medicalização e patologização da educação: desafios à psicologia escolar e educacional. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 24, 2020.

VAZQUEZ, D. A. *et al.* Vida sem escola e saúde mental dos estudantes de escolas públicas na pandemia de Covid-19. **Saúde em Debate**, v. 46, p. 304-317, 2022.

VYGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

WALLON, H. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ZARDO, G. F. *et al.* O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO INFANTOJUVENIL DURANTE A PANDEMIA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA. **Caderno PAIC**, v. 23, n. 1, p. 571-584, 2022.